

CPI do Apagão Aéreo

Requerimento para Oitiva de Testemunha

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §3º da Constituição do Brasil, do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva da Senhora **Silvia Pfeiffer**, brasileira, empresária, ex-proprietária da empresa Aeromídia, portadora do CPF nº 506.346.909-49, residente e domiciliada na cidade de Curitiba (PR), na Rua Augusto Scandelari, nº 41 – A, Bairro Pilarzinho, ou onde possa ser encontrada, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias da entrevista que concedeu à revista IstoÉ, e que são objeto de Notícia Crime junto à Polícia Federal, com a denúncia de fatos ilícitos graves que supostamente envolvia o ex-secretário de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, Sr. Carlos Alberto Carvalho e o Superintendente da INFRAERO de Curitiba, Sr. Mário de Ururany Macedo Neto, assim como outros funcionários da referida estatal.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista IstoÉ, edição de 18 de abril de 2007, sob a manchete “EXCLUSIVO” - Eis o Mensalão da Infraero – Numa queixa-crime repleta de provas, empresária denuncia que seus sócios paga mesada a diretores da



9F5490F230

Infraero – Por Hugo Marques”, notícia entrevista e denúncias de autoria da senhora Silvia Pfeiffer.

Segundo noticiado, fundada numa “vasta documentação, que inclui contratos, cópias de recibos, depósitos bancários e arquivos de computador” que estão em poder da Polícia Federal do Paraná, sob a responsabilidade do Delegado Jaber Saadi, a empresária denuncia e supostamente comprova que “dentro da Infraero há anos existe um milionário 'mensalão'” e “que a rotina de pagamento de propina no Paraná segue o modelo que se repete em todo o País”.

Conforme diz a empresária, além de relatar sua história e entregar documentos para a Polícia Federal, estaria ela “disposta a comparecer a uma CPI para detalhar tudo o que sabe”.

As declarações indicam suposto envolvimento até mesmo de amigo pessoal do presidente Lula, o empresário Walter Sâmará. Recaem, também, sobre o ex-presidente da Infraero deputado Carlos Wilson, o ex-prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi e atual secretário do Desenvolvimento Urbano do DF, sobre o senhor Carlos Alberto de Carvalho, que atualmente trabalha na Infraero em Brasília, sobre o gerente comercial do Aeroporto Afonso Pena, Arlindo Lima Filho, o diretor de Administração da Infraero, Marco Antonio Marques de Oliveira e sobre o superintendente de Logística e Carga da Infraero, Luiz Gustavo da Silva Schild, além de inúmeros outros funcionários da estatal e seus parentes.

A revista IstoÉ consigna, ainda, que a senhora, Sílvia Pfeiffer “revela que seus contratos no Aeroporto Affonso Pena, em Curitiba, foram obtidos à custa do pagamento de uma mesada aos diretores da Infraero. Na verdade, uma propina mensal que a empresa dela paga religiosamente desde 2003. Às vezes, depósitos em dinheiro que chegam a até R\$ 20 mil nas contas correntes de parentes dos diretores. Outras vezes, automóveis. Essa é a contrapartida exigida para contratar os serviços da empresa de Sílvia, a



9F5490F230

Aeromídia, no aeroporto. A propina, no entanto, não se limita ao aeroporto de Curitiba. A Aeromídia atua em vários Estados e em todos o esquema é semelhante. Em Brasília, por exemplo, a Infraero criou uma situação irregular para veicular, com a intermediação da Aeromídia, anúncios feitos pelo publicitário Duda Mendonça, marqueteiro da primeira campanha de Lula, para uma empresa de telefonia. Segundo Sílvia, os anúncios foram veiculados sem que houvesse licitação e sem que um contrato fosse formalizado.”

Veicula que “Sílvia tinha dificuldade para obter alvarás de funcionamento para veicular seus anúncios nos aeroportos. Por conta desses problemas, ela foi procurada pelo então secretário de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, Carlos Alberto Carvalho. O secretário foi explícito na condição heterodoxa que sugeriu para liberar os alvarás: ele propunha se tornar sócio da Aeromídia. Sílvia aceitou a proposta. O novo sócio começou primeiro a dar “sumiço” nas multas da prefeitura contra a Aeromídia. Em seguida, a empresa passou a emitir notas frias e fechar contratos irregulares. Até que se tornou sede de reuniões políticas da campanha de reeleição de Cássio Taniguchi. Sílvia entregou à PF as planilhas que demonstram uma arrecadação de R\$ 20 milhões, através da Aeromídia, para o caixa 2 da campanha.”

“O que se iniciou com o caixa 2 na campanha de Taniguchi prosperou para um esquema que sobreviveu à sua saída da prefeitura e se transferiu para a Infraero. Segundo Sílvia, Carlos Alberto Carvalho passou de “corrupto a corruptor”, enviando dinheiro para os diretores da estatal que cuida dos aeroportos. A lista de beneficiários da mesada se inicia pelo atual superintendente da Infraero no Paraná, Antonio Felipe Barcelos. Sílvia contratou na Aeromídia, como favor, a filha de Barcelos, Lorena. Antônio Felipe confirma que a filha fez “estágio” na Aeromídia, mas nega ter recebido dinheiro. A relação prossegue com o ex-superintendente da Infraero em Alagoas e no Paraná Mário de Ururahy Macedo Neto,



favorecido com pagamentos mensais “em troca de contratos e de informações privilegiadas”.

Segundo a reportagem, “o superfaturamento de até 357% nos materiais e nas obras de aeroportos brasileiros, verificado pelo Tribunal de Contas da União nas auditorias que fez na Infraero, é uma das origens da propina cobrada.”

Desta feita, a oitiva da testemunha é crucial ao entendimento do denunciado esquema de corrupção no âmbito da estatal INFRAERO e conseqüentemente fundamental ao deslinde das investigações objeto desta CPI.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2007.

Deputada **Luciana Genro**
PSOL-RS



9F5490F230